

PONTO DE CONTACTO

NEWSLETTER



WWW.REDECIVIL.CSM.ORG.PT

EM DESTAQUE



Reuniões EJC

A equipa do Ponto de Contacto de Portugal participou nas 100.ª, 101.ª, 102.ª e 103.ª Reuniões de Pontos de Contacto da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil.



II Cimeira do Fórum dos Conselhos Superiores de Justiça da CPLP

Luanda, Angola

O Conselho Superior da Magistratura participou na II Cimeira do Fórum dos Conselhos Superiores de Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em Luanda, Angola, nos dias 8 e 9 de outubro.

A reunião teve como tema central “Separação de poderes e a autonomia administrativa e financeira do Poder Judicial” e contou com representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

NESTA EDIÇÃO

- * **Sessões de Direito Comunitário – Projeto Europeu IJustC2C**
- * **Portugal marca presença na XXII Cimeira Judicial Ibero-Americana**
- * **Juíza Ponto de Contacto destaca cooperação e evolução jurídica em e-book comemorativo**
- * **Reunião dos Pontos de Contacto da Rede Judiciária da CPLP**
- * **36.ª Reunião Trimestral de Membros Nacionais da RJE Civil**
- * **Ponto de Contacto realiza visita de estudo à Alemanha – Projeto Europeu IJustC2C**

Fase de conclusão do Projeto IJustC2C

Encontra-se na sua fase final o Projeto Europeu Improve Justice Court-to-Court. No âmbito desta iniciativa, a equipa do Ponto de Contacto percorreu os Tribunais Judiciais das 23 Comarcas do país, promovendo ações de formação dirigidas a Magistrados Judiciais e Oficiais de Justiça sobre a aplicação dos diversos Regulamentos Europeus.



Ponto de Contacto de PORTUGAL

Rede Judiciária Europeia
em matéria civil e comercial



SESSÕES DE DIREITO COMUNITÁRIO

Tribunais Judiciais das Comarcas de Lisboa, Madeira, Portalegre, Évora, Bragança, Vila Real, Viana do Castelo, Braga, Faro e Beja

Entre abril e dezembro de 2025, realizaram-se, nos Tribunais Judiciais das Comarcas de Lisboa, Madeira, Portalegre, Évora, Bragança, Vila Real, Viana do Castelo, Braga, Faro e Beja, diversas sessões de Direito Comunitário promovidas pela equipa do Ponto de Contacto da RJE Civil. Estas ações contaram igualmente com a participação da Senhora Professora Doutora Anabela Gonçalves, da Senhora Juíza Desembargadora Elisabete Assunção e do Senhor Chefe de Divisão da Cooperação Internacional da DGAJ, Miguel Vara.



As sessões foram dirigidas a Juízes e Oficiais de Justiça da área Cível e Comercial, abordando temas como Citação e Notificação, Obtenção de Prova, Ações de Pequeno Montante, Sucessões e Obrigações Alimentares.



As formações destinadas aos Magistrados Judiciais incluíram ainda intervenções relativas ao Regulamento Bruxelas I-Bis sobre competência, reconhecimento e execução de decisões, bem como o Regulamento Roma I, referente à lei aplicável às obrigações contratuais — instrumentos fundamentais para o fortalecimento da cooperação judiciária europeia.

Estas iniciativas integraram o Projeto Europeu “Improve Justice – Court to Court” (IJustC2C) – GA 101138174, cuja execução se iniciou em janeiro de 2024 e se encontra agora na sua fase final. Tendo a equipa percorrido os Tribunais Judiciais das 23 Comarcas do país, destacando-se o impacto muito positivo do projeto no reforço da cooperação judicial, bem como o excelente acolhimento e feedback registados ao longo das sessões.



100.^a REUNIÃO DA EJM - BRUXELAS



Da esquerda para a direita: Carlos Rosado, Anabela Gonçalves, Rosa Lima, Cristina Oliveira e Tiago Silva

A equipa do Ponto de Contacto, composta pela Senhora Juíza Desembargadora, Rosa Lima, e os Assessores Jurídicos, Carlos Rosado e Tiago Silva, participaram na 100.^a Reunião de Pontos de Contacto da RJE Civil, que teve lugar no Centro Albert Borschette, em Bruxelas, nos dias 28 e 29 de abril de 2025.

A comitiva portuguesa também contou com a presença da distinta Senhora Professora Doutora Anabela Gonçalves, da Escola de Direito da Universidade do Minho e da ilustre Senhora Conservadora, Cristina Oliveira, em representação do Instituto dos Registos e Notariado.

Este encontro teve como objetivo discutir e avaliar o funcionamento do Regulamento (UE) 650/2012, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação e execução dos atos autênticos.

XXII CIMEIRA JUDICIAL IBERO-AMERICANA

República Dominicana



Portugal participou na XXII Cimeira Judicial Ibero-Americana, realizada de 14 a 16 de maio, em Santo Domingo, representado pelo Presidente do STJ e do CSM, João Cura Mariano e pelo Vice-Presidente do CSM, Luís Azevedo Mendes. A comitiva portuguesa integrou ainda a coordenadora nacional pelo CSM, juíza desembargadora Rosa Lima, a coordenadora nacional pelo STJ, juíza de direito Sandra dos Reis Luís, e a assessora de comunicação do CSM, Laura Perdigão, que participou como perita num dos grupos de trabalho desta edição.

Nesta edição foi aprovada a Declaração de Santo Domingo, que reafirma a justiça como pilar das sociedades democráticas e compromete os países com uma justiça independente, acessível, centrada nas pessoas, protetora dos grupos vulneráveis e atenta aos direitos ambientais.

Portugal teve um papel relevante nos trabalhos, destacando-se:

- A reeleição da juíza Sandra dos Reis Luís para a Comissão de Coordenação e Acompanhamento (com a votação mais expressiva da edição).
- A eleição do juiz José Eduardo Sapateiro para a Comissão de Ética Judicial.
- A participação da perita Laura Perdigão, que apresentou um guia de boas práticas de comunicação e transparência, resultado de um trabalho coordenado por Portugal em conjunto com vários países.

Durante a Cimeira foram também apresentados projetos nas áreas da tecnologia judicial e da comunicação institucional, ambos com forte liderança portuguesa. Paralelamente decorreu a Feira Tecnológica “Serviço de Justiça do Futuro”, dedicada a soluções digitais aplicadas ao sistema judicial.

O Uruguai assumirá a Secretaria Permanente e o Brasil a Secretaria Pro Tempore da próxima edição, propondo como tema central “Inteligência Artificial e Justiça”.

A primeira reunião preparatória da XXIII Cimeira terá lugar em julho, em Brasília.



101.ª Reunião de Pontos de Contacto da RJE Civil



Da esquerda para a direita: Tiago Silva, Rosa Lima, António Fialho, Carlos Rosado e Miguel Vara

A equipa do Ponto de Contacto, composta pela Juíza Desembargadora, Rosa Lima, e os Assessores Jurídicos, Carlos Rosado e Tiago Silva, participaram na 101.ª Reunião de Pontos de Contacto da RJE Civil, que teve lugar em Varsóvia, nos dias 17 e 18 de junho de 2025.

A comitiva portuguesa também contou com a presença do Juiz de ligação da Rede Internacional de Juízes da Haia de Direito Internacional Privado, António Fialho, e do Chefe de Divisão da Cooperação Judiciária Internacional da DGAJ, Miguel Vara.

Este encontro teve como objetivo discutir e avaliar o funcionamento do Regulamento (UE) n.º 2019/1111, relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e ao rapto internacional de crianças.



Juíza Ponto de Contacto destaca cooperação e evolução jurídica em e-book comemorativo



A Juíza Ponto de Contacto, Rosa Lima, marcou presença de destaque na recente edição do e-book intitulado “45 anos de Relações Internacionais na Justiça”, lançado pela Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ).

Neste documentado balanço do percurso internacional da justiça portuguesa desde 1980 — data em que foi criado o Gabinete de Direito Europeu, atual núcleo de Relações Internacionais —, a magistrada colaborou com uma reflexão aprofundada sobre a evolução da cooperação judiciária transfronteiriça na União Europeia.

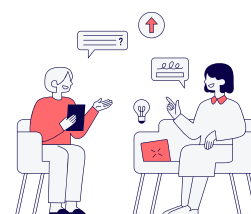
Em texto assinado no e-book, sublinha o papel fundamental dos Pontos de Contacto, sobretudo no enquadramento dos regulamentos europeus relevantes à citação, notificação transfronteiriça e obtenção de prova em matéria civil e comercial.

O e-book assume-se como um documento estruturante para compreender como Portugal e a União Europeia construíram sistemas de cooperação jurídica eficazes. A intervenção da Juíza Rosa Lima, enquadrada pelos seus contributos técnicos e institucionais, sublinha o papel central que os Pontos de Contacto desempenham — não só em termos operacionais, mas também como agentes estratégicos no reforço da justiça internacional.

A sessão solene de lançamento teve lugar na passada terça-feira, 24 de junho de 2025, nas instalações da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), em Lisboa, assinalando 45 anos de Relações Internacionais na Justiça portuguesa e reunindo profissionais atuais e antigos desta área.



Digitalize o QR code para aceder à notícia completa





PRAIA - CABO VERDE

26 e 27 de junho de 2025

REUNIÃO DOS PONTOS DE CONTACTO DA REDE JUDICIÁRIA DA CPLP

Decorreu entre os dias 26 e 27 de junho de 2025 a Reunião Conjunta dos Pontos de Contacto das Unidades do Civil e do Penal da Rede Judiciária CPLP, a qual teve lugar na cidade da Praia, em Cabo Verde.

Este encontro foi um momento importante de reforço dos laços de colaboração entre as estruturas envolvidas na cooperação judiciária do Cível e do Penal, que compõem a CPLP, tendo sido essencial para, de entre o mais:

- Debater a melhoria e otimização dos instrumentos de cooperação jurídica e judiciária (nas áreas do Cível e do Penal);
- Identificar desafios à cooperação multilateral;
- Refletir sobre o acesso internacional à justiça por parte de residentes nos Estados-Membros da CPLP;
- Destacar a importância da utilização da plataforma Atlas Judiciário (em matéria Cível) da Rede Judiciária da CPLP — tema este apresentado pela Juíza de Ponto de Contacto de Portugal, Rosa Lima.

Para além da Juíza Ponto de Contacto de Portugal, integraram a delegação portuguesa presente nesta reunião a Procuradora-Geral Adjunta, Joana Gomes Ferreira, também João Arsénio de Oliveira, Pedro Almeida e Pedro Saraiva, da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), e, bem assim, o Bastonário da Ordem dos Notários, Jorge Batista da Silva.





36.ª REUNIÃO TRIMESTRAL DE MEMBROS NACIONAIS DA RJE CIVIL

O Ponto de Contacto organizou mais uma reunião de Membros Nacionais da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial, que teve lugar no Conselho Superior da Magistratura, no dia 25 de setembro de 2025.

A Juíza Desembargadora Ponto de Contacto da RJE Civil, Rosa Lima, presidiu os trabalhos deste encontro, o qual contou com a participação de representantes de várias ordens profissionais e autoridades competentes das várias matérias associadas à cooperação judiciária europeia em matéria civil e comercial.

Dos temas debatidos, destacam-se:

- O acerto final do flyer A Entrega da Criança;
- Levantamento de sugestões de tópicos ou questões a serem abordadas na próxima reunião da EJM, relativamente à operacionalização dos Regulamentos (UE) 2020/1783 e 2020/1784;
- A implementação prática em Portugal do Regulamento (UE) n.º 2023/2844;
- O estado da implementação da base de dados de inibições e destituições, do Instituto dos Registos e Notariado, e também do sistema informático alusivo ao Regulamento das Insolvências (Regulamento (UE) n.º 2015/848); e
- Discussão sobre alguns constrangimentos sentidos em alguma tramitação específica em determinados processos judiciais, designadamente no de cobrança de alimentos, de entre outros.

Estes encontros, que se verificam a cada três meses, revelam-se essenciais para, de entre o mais, aperfeiçoar o desempenho da rede judiciária europeia em matéria civil e comercial, sempre com o objetivo elementar de facilitar a cooperação judiciária entre os Estados-Membros da União.



8 e 9 de outubro
de 2025

Luanda
Angola



II CIMEIRA DO FÓRUM DOS CONSELHOS SUPERIORES DE JUSTIÇA DA CPLP

O Conselho Superior da Magistratura participou na II Cimeira do Fórum dos Conselhos Superiores de Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em Luanda, Angola, nos dias 8 e 9 de outubro.

A reunião teve como tema central “Separação de poderes e a autonomia administrativa e financeira do Poder Judicial” e contou com representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.



forumcplp.csm.org.pt

Integraram a delegação portuguesa o presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Superior da Magistratura, juiz conselheiro João Cura Mariano, o vice-presidente do CSM, juiz conselheiro Luís Azevedo Mendes, a juíza desembargadora Ana de Azeredo Coelho, vogal do CSM, a juíza desembargadora Rosa Lima, secretária-geral da Comissão Permanente do Fórum e juiz ponto de contacto da Rede Judiciária europeia em matéria civil e comercial, pelo juiz de direito Salvador Santos, perito nomeado pelo CSM para integrar o grupo de trabalho desta segunda Cimeira, pelo assessor jurídico do Ponto de Contacto da Rede Jurídica e Judiciária da CPLP, Carlos Rosado, e pela assessora de comunicação do CSM, Laura Perdigão.



Da esquerda para a direita: Salvador Santos, Laura Perdigão, Carlos Rosado, Rosa Lima, João Cura Mariano, Luís Azevedo Mendes e Ana de Azeredo Coelho

Intervenções da delegação portuguesa

Na sessão de abertura, o juiz conselheiro João Cura Mariano falou na qualidade de presidente do CSM do país que acolhe a sede da Comissão Permanente do Fórum dos Conselhos Superiores de Justiça da CPLP. Na sua intervenção, destacou a matriz jurídico-cultural comum dos países da CPLP, afirmando que “sem tribunais independentes não há Estado de direito democrático” e sublinhando que “a independência judicial só é sustentável quando acompanhada da integridade dos seus magistrados e da sua responsabilidade institucional”.

O presidente do CSM defendeu o reforço do intercâmbio entre magistrados da CPLP, a promoção de programas conjuntos de formação contínua e a partilha de boas práticas. Sublinhou que a CPLP não é apenas um espaço de afinidade cultural, mas também um “espaço de cooperação institucional”, onde se deve apostar em soluções comuns para desafios partilhados, como a morosidade processual ou a clareza na fundamentação das decisões judiciais.

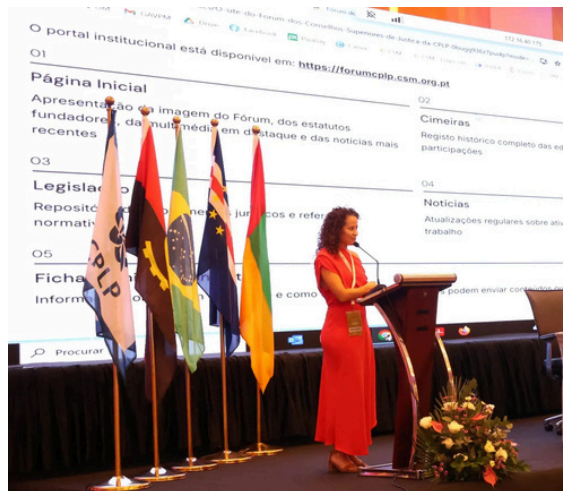
Alertou ainda para a importância da confiança pública no sistema judicial e da credibilidade das instituições, afirmando que “a independência judicial é um património que atravessa fronteiras e que deve ser preservado em todas as latitudes”.

No mesmo dia, Laura Perdigão, assessora de comunicação do CSM, apresentou o novo site do Fórum dos Conselhos Superiores de Justiça da CPLP, uma plataforma criada e gerida pelo CSM de Portugal com o objetivo de facilitar a partilha de informação sobre estes Conselhos e reforçar a visibilidade da atividade do Fórum.

Durante a tarde, a juíza desembargadora Ana de Azeredo Coelho participou no painel dedicado ao tema “Autonomia administrativa e financeira do poder judicial”, apresentando a perspetiva do CSM de Portugal quanto ao modelo de gestão vigente e destacando os principais desafios que enfrentam, nomeadamente no equilíbrio entre autonomia e responsabilidade.

No segundo dia da Cimeira, o juiz de direito Salvador Santos, perito nesta edição, integrou a equipa responsável pela apresentação e discussão da “Carta da Cidade de Luanda”, documento orientador dos trabalhos do Fórum.





Carta da Cidade de Luanda

A Carta da Cidade de Luanda, aprovada por unanimidade, reafirma o compromisso do Fórum dos Conselhos Superiores de Justiça da CPLP com os princípios da separação de poderes e da independência judicial, incluindo a autonomia administrativa, financeira e tecnológica dos seus órgãos.

Entre os seus principais eixos, a Carta:

- Reafirma a separação de poderes como fundamento do Estado de Direito democrático;
- Defende que os tribunais e os Conselhos Superiores devem dispor de leis orgânicas adequadas e orçamentos próprios suficientes, sem dependência de outros poderes;
- Estabelece que os órgãos do poder judicial devem ter autonomia para gerir os seus recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos;
- Reconhece a importância crescente das tecnologias digitais e da inteligência artificial na justiça, defendendo que a sua gestão deve estar sob responsabilidade dos próprios Conselhos Superiores, com políticas próprias e soluções seguras e ajustadas às realidades de cada país.

A Carta fixa ainda o compromisso de elaborar, até à próxima Cimeira (2027), um relatório conjunto sobre o estado da autonomia administrativa, financeira e tecnológica nos sistemas judiciais dos países que integram o Fórum.



Cooperação bilateral e novas iniciativas

Durante a sessão de encerramento, o vice-presidente do CSM, juiz conselheiro Luís Azevedo Mendes, destacou o ambiente de partilha e confiança entre os participantes e a importância de dar continuidade ao ciclo iniciado por Cabo Verde em 2023.

Saudou a nova presidência brasileira e anunciou a intenção de criar em Portugal um Laboratório de Inovação no CSM, prosseguindo o trabalho desenvolvido no âmbito do projeto ALTEC.

Foi igualmente assinado um protocolo de cooperação bilateral entre o Conselho Superior da Magistratura de Portugal e o Conselho Superior da Magistratura Judicial de Angola, com vista ao reforço da colaboração em áreas como a formação de magistrados, a gestão processual e a modernização administrativa.

No final dos trabalhos, foi aprovada por unanimidade a nova presidência do Fórum, que passa a ser exercida pelo Conselho Nacional de Justiça do Brasil, com Moçambique na vice-presidência e Portugal a manter a sede da Comissão Permanente. A juíza desembargadora Rosa Lima foi reconduzida como secretária-geral da Comissão Permanente.

Tema da próxima Cimeira

O Brasil apresentou como proposta o tema “Inovação, Gestão e Processo de Trabalho” para a próxima Cimeira da CPLP, a realizar em 2027, proposta que foi acolhida por unanimidade pelos Conselhos participantes.



102.ª Reunião de Pontos de Contacto da RJE Civil



Da esquerda para a direita: Carlos Peixoto, Carlos Rosado, Rosa Lima, Miguel Vara e Tiago Silva

Decorreu nos dias 22 e 23 de outubro de 2025, em Bruxelas, a 102.ª Reunião de Pontos de Contacto da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil (RJE Civil), um encontro que reuniu representantes dos Estados-Membros da União Europeia para debater temas relevantes no domínio da cooperação judiciária civil e comercial.

Portugal esteve representado pela Juíza Desembargadora Rosa Lima, Ponto de Contacto da RJE Civil, acompanhada pelos Assessores Jurídicos, Carlos Rosado e Tiago Silva. Participaram, igualmente, o Chefe da Divisão de Cooperação Judiciária Internacional da DGAJ, Miguel Vara, e o Vice-Presidente do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, Carlos Peixoto.

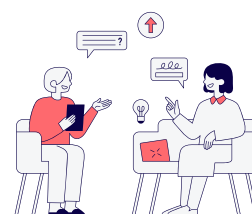
A reunião centrou-se no funcionamento do Regulamento (UE) 2020/1784, relativo à citação ou notificação de atos judiciais e extrajudiciais, e do Regulamento (UE) 2020/1783, que regula a cooperação entre tribunais na obtenção de prova em matérias civis e comerciais. Estes instrumentos jurídicos assumem particular importância para o reforço da confiança mútua e da eficiência na tramitação transfronteiriça de processos judiciais no espaço europeu.

Durante o encontro, a Juíza Desembargadora Rosa Lima apresentou a experiência portuguesa na execução do Projeto Europeu Improve Justice Court-to-Court (IJustC2C), partilhando boas práticas, aprendizagens e desafios decorrentes da sua implementação.

A presença da delegação portuguesa refletiu o compromisso nacional com o reforço da cooperação judiciária europeia, promovendo a partilha de boas práticas e o aprofundamento da aplicação uniforme dos instrumentos jurídicos da União Europeia no domínio civil e comercial.



Digitalize o QR code para aceder à notícia completa





EQUIPA DO PONTO DE CONTACTO COLABORA E PARTICIPA EM FORMAÇÃO DESTINADA A JUÍZES DESEMBARGADORES DOS TRIBUNAIS DA RELAÇÃO DE ANGOLA

Entre os dias 30 de outubro e 7 de novembro de 2025, o Conselho Superior da Magistratura (CSM) acolheu uma delegação de oito Juízes Desembargadores angolanos, no âmbito do Protocolo de Cooperação Bilateral celebrado entre o Conselho Superior da Magistratura de Portugal e o Conselho Superior da Magistratura Judicial de Angola. Este instrumento visa reforçar a colaboração entre as duas instituições em domínios essenciais como a formação de magistrados, a gestão processual e a modernização administrativa.

A equipa do Ponto de Contacto, composta pela Secretária-Geral da Comissão Permanente do Fórum dos Conselhos Superiores de Justiça da CPLP, Juíza Desembargadora Rosa Lima, e pelos Assessores Jurídicos Carlos Rosado e Tiago Silva, participou ativamente na planificação, preparação e organização das sessões de formação, que tiveram lugar nos Tribunais da Relação de Évora, Lisboa e Coimbra, bem como nas instalações do CSM e da Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ).

Durante a estadia, os Juízes Desembargadores angolanos tiveram ainda a oportunidade de participar no XIX Encontro Anual do CSM, dedicado ao tema “O apelo da linguagem clara na decisão e na transformação digital”, enriquecendo a troca de experiências e perspetivas sobre os desafios atuais da justiça.

A realização desta iniciativa marca a primeira ação de formação desenvolvida no âmbito do protocolo de cooperação e constitui um marco importante no fortalecimento das relações jurídicas e institucionais entre Portugal e Angola, reafirmando o compromisso partilhado com uma justiça mais moderna, eficiente e próxima dos cidadãos.



PONTO DE CONTACTO REALIZA VISITA DE ESTUDO À ALEMANHA

– Projeto Europeu IJustC2C –



BONN

6 e 7 de novembro de 2025

Nos dias 6 e 7 de novembro de 2025, o Ponto de Contacto realizou uma visita de estudo à cidade de Bonn, Alemanha, no âmbito do projeto europeu Improve Justice Court to Court – IJustC2C, destinado a reforçar a cooperação judiciária e a melhorar a aplicação prática dos regulamentos europeus nas áreas civil e comercial.

A delegação portuguesa foi composta pela Juíza Ponto de Contacto, Desembargadora Rosa Lima, pelos Assessores Jurídicos Carlos Rosado e Tiago Silva, pela Professora da Escola de Direito da Universidade do Minho, Anabela Gonçalves, e pela Juíza Desembargadora Elisabete Assunção, que têm acompanhado a equipa nas diversas sessões de formação sobre Direito Comunitário no âmbito do projeto.

Durante a visita, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer de perto o funcionamento do sistema judicial alemão, com especial atenção à cooperação transfronteiriça e à atuação da rede nacional alemã.

O programa incluiu sessões de observação do sistema judicial, reuniões com magistrados alemães e intercâmbio de experiências sobre boas práticas na gestão de casos internacionais. Foram visitadas instituições de relevo, como o Higher Regional Court, em Düsseldorf, e o Federal Office of Justice, em Bonn.

Com esta iniciativa, conclui-se um dos resultados previstos no projeto, completando-se o ciclo de visitas de estudo, reforçando a cooperação jurídica e promovendo uma colaboração judiciária mais eficaz entre os Estados-Membros.



Digitalize o QR code para saber mais



103.º REUNIÃO DA EJN - BRUXELAS

Obrigações Alimentares



Da esquerda para a direita: Tiago Silva, Rosa Lima, Miguel Vara, Anabela Gonçalves e Carlos Rosado

Entre os dias 4 e 5 de dezembro de 2025, teve lugar, em Bruxelas, a 103.ª Reunião de Pontos de Contacto da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil (RJE Civil), de onde participaram representantes de todos os Estados-Membros da União Europeia, assim como da Noruega, do Reino Unido e da Ucrânia.

Este encontro serviu para discutir o funcionamento do Regulamento (CE) n.º 4/2009, relativo à cooperação entre os Estados em matéria de obrigações alimentares – um instrumento de elementar importância para garantir uma cobrança rápida, simples e eficaz das prestações de alimentos em situações transfronteiriças dentro da União Europeia.

A Delegação portuguesa fez-se representar pela Juíza Desembargadora Ponto de Contacto da RJE Civil, Rosa Lima, pelos Assessores Jurídicos, Carlos Rosado e Tiago Silva, pelo Chefe da Divisão de Cooperação Judiciária Internacional da DGAJ, Miguel Vara, e, bem assim, pela Professora Doutora Anabela Gonçalves, especialista nesta matéria.

A presença da delegação nacional neste encontro assenta no compromisso de Portugal no desenvolvimento e aperfeiçoamento da cooperação judiciária europeia, promovendo a partilha de boas práticas e o aprofundamento da aplicação uniforme dos instrumentos jurídicos da União Europeia no domínio civil e comercial.



Ponto de Contacto de PORTUGAL

Rede Judiciária Europeia
em matéria civil e comercial



Feliz Natal Bom Ano 2026

São os votos da equipa,
The team's best wishes,

Rosa Lima
Carlos Rosado
Tiago Silva

PONTO DE CONTACTO DE PORTUGAL
PORTUGAL CONTACT POINT

www.redecivil.csm.org.pt

Merry Christmas
and Happy New Year

Feliz Navidad y Próspero
Año Nuevo

Joyeux Noël et Bonne Année

Buon Natale e Felice Anno
Nuovo

Frohe Weihnachten
und ein Gutes Neues Jahr

